

POLÍTICA EXTERNA PORTUGUESA. O FUTURO DO PASSADO

Nuno Filipe Brito*

O PROBLEMA COM OS NOSSOS TEMPOS É QUE O FUTURO
NÃO É O QUE COSTUMAVA SER.

Paul Valéry

REALISMO E CONSENSO

Os parâmetros que enformam a política externa de Portugal são, em larga medida, uma invenção recente. Há apenas trinta anos, a democratização e o desenvolvimento do país tornaram-se os motores da política externa portuguesa, substituindo o objectivo multiseccular da preservação de um império colonial. Portugal regressou ao espaço geográfico a que pertence. Passámos, finalmente, a ser Europa.

A relação transatlântica e as ligações aos países de língua portuguesa figuram como «as outras» prioridades externas no tríptico consensualmente aceite pelas principais forças políticas portuguesas. Neste contexto, a defesa e a política externa transformaram-se em zonas politicamente protegidas da «contaminação» da política doméstica diária.

Contudo, uma política consensual não deve ser imune a interrogações. O consenso em política externa é um objectivo meritório, mas não é um fim em si mesmo. É necessário que ele não se converta num sinónimo da expressão «mínimo denominador comum». Para um país de dimensão territorial, populacional e económica modestas à escala global, a política externa deverá ser entendida como um instrumento fundamental da nossa política de defesa; mas também como uma peça-chave de política económica e da afirmação cultural de Portugal no mundo.

Portugal é obrigado a ter uma política externa organizada e desapaixonada, podendo a unidade interna em torno de certas questões funcionar como um catalizador de acção externa. Pelo que a questão que se deve colocar é a da definição desta área consensual, partindo do princípio de que os pressupostos em que ela assenta deverão ser objecto de uma avaliação contínua.

Por vezes, comportamo-nos colectivamente como se, para além das nossas fronteiras, apenas existisse uma realidade estática. Ou como se Portugal tivesse a capacidade de, singularmente, fazer valer no exterior os seus pontos de vista. Somos uma nação singular, temos especificidades, mas não somos um caso singular no cenário internacional. Nem é desejável que nos transformemos num caso, como o fomos num

passado não muito distante, sob pena de a gestão das nossas expectativas – por mais legítimas que sejam – chocar com o muro da realidade.

Ajustar recursos a ambições é um processo sempre difícil; mas particularmente difícil para quem tem recursos pouco abundantes. Não adianta procurarmos participar em iniciativas cujo desenvolvimento pleno não possamos acompanhar¹. A medida do nosso talento externo revelar-se-á na capacidade de utilização dos recursos de que dispomos. O que pressupõe um grande realismo na leitura do mundo e no que nele desejamos projectar, tendo bem presente que, na esfera internacional, a pertença a e a permanência em algo são conceitos transitórios.

Este artigo assenta no pressuposto analítico de que para Portugal o realismo em política externa não é uma opção: é uma necessidade e um mecanismo de sobrevivência. Ficou

A NOSSA POLÍTICA EXTERNA NÃO DEVE SER REDUTORA E REGIONALISTA, PORQUE AQUILO QUE PODEREMOS PESAR EM TERMOS EUROPEUS DEPENDE, EM BOA PARTE, DO QUE DE EXTRA-EUROPEU PODEREMOS LEVAR À EUROPA OU A OUTRAS PARTES DO MUNDO A PARTIR DA EUROPA.

bem demonstrado historicamente, em África e noutros pontos do mundo, que pagámos sempre um preço demasiado elevado quando perdemos de vista os nossos interesses objectivos.

Decorre desse pressuposto um outro: o de que temos interesses reais que transcendem o espaço geográfico em que nos inserimos. A nossa política externa não

deve ser redutora e regionalista, porque aquilo que poderemos pesar em termos europeus depende, em boa parte, do que de extra-europeu poderemos levar à Europa, ou a outras partes do mundo a partir da Europa.

GEOGRAFIA E O CENÁRIO INTERNACIONAL

Geografia já não é destino. A nossa experiência de vida como nação independente há séculos e a revolução tecnológica impõem-nos o mundo como nosso *hinterland*. Mas enquanto país europeu e parte da fronteira da Europa com o Norte da África, colocam-se-nos dois tipos de questões: que Europa teremos nos próximos dez anos e como poderemos gerir os nossos interesses no espaço europeu; e qual o papel que a Europa poderá jogar no mundo no mesmo período.

A resposta à última questão talvez seja mais fácil – *inserimo-nos numa Europa que tende a perder peso em termos globais*, embora este processo seja ainda reversível (o que é desejável). Tende a perder peso demográfico (descontado o efeito estatístico dos sucessivos alargamentos), com consequências, *inter alia*, nas nossas políticas migratórias, fiscais e de prestação de serviços públicos. E também, mas não exclusivamente pela mesma razão, tenderá a perder peso económico, com a emergência da China, da Índia, do Brasil e de outras potências de dimensão continental. Mas sempre e ainda fruto do maior dinamismo e da maior competitividade global da economia norte-americana.

Situação idêntica verifica-se no plano cultural, de que a tentativa francesa de «excepcionalismo»² constitui um sintoma. A revolução tecnológica tem um idioma – o inglês, com forte sotaque do Novo Mundo e outros mundos não europeus – e é fruto da capacidade norte-americana de absorver elementos culturais exógenos e fazer valer, por via de regra sem recorrer à conquista, a sua própria matriz civilizacional³.

Deveremos também compreender que não há (ainda?) uma cultura europeia unificada⁴ e retirar daí as ilações óbvias em termos de acção externa. Os eurocratas poderão tentar convencer-nos do contrário, mas a história do século XX mostra que nem os sistemas totalitários conseguiram unificar a Europa no plano cultural.

Em política externa, poder-se-ia sustentar que tudo começa e acaba no domínio da segurança. Aqui, somos rapidamente levados a constatar que nenhum dique separa a Europa de factores globais de instabilidade que vieram para ficar no curto/médio prazo (em alguns casos mesmo para além deste tempo).

No plano ideológico, o diferendo entre Marx e Adam Smith já nos abandonou, mas esse não foi o fim dos nossos trabalhos. Enfrentamos hoje o regresso em força da velha questão sobre a relação que deverá existir entre o Estado e as religiões. Uma questão que, em boa verdade, nunca nos abandonou. É certo que na Europa e na América do Norte este problema foi resolvido, embora nem sempre de forma pacífica⁵. No entanto, essa não é a realidade noutras partes do mundo, algumas delas bem próximas de nós. De facto as ameaças que nos são mais próximas vêm do fundamentalismo dito «islâmico», incendiado por um conflito israelo-palestiniano que urge terminar, e das suas repercussões nas relações da «rua árabe» com o exterior. As *kasbahs* encontram-se demasiado próximas de Portugal para as podermos ignorar.

Vista a questão ideológica de outro prisma, devemos concluir que o principal antídoto para o vírus da intolerância – e da instabilidade a ela associada – é a *democracia política*, sustentada por um sistema robusto de alianças militares entre democracias. Ditaduras geram instabilidade. As democracias não são naturalmente imunes à instabilidade. Por isso, Portugal não deverá hesitar em apoiar, na Europa e fora dela, aqueles que defendem a expansão das democracias, das liberdades fundamentais e dos direitos humanos como objectivos de política externa⁶.

Exprimimos essa vontade ao co-fundarmos a Comunidade das Democracias, de que somos um membro do seu núcleo central – o «Convening Group»⁷. Integramo-nos num espaço europeu em que a democracia ocupa um lugar central. A União Europeia tem dispendido mais recursos com a consolidação da democracia na Europa pós-comunista do que os Estados Unidos⁸. E, porque não recordá-lo, a nossa Constituição determina que nos empenhemos no fortalecimento da acção dos Estados europeus a favor da democracia e da paz⁹.

A questão que se deverá colocar – e não é pequena – é a da definição do *modus faciendi* na prossecução deste objectivo, sendo certo que uma abordagem estritamente securitária dificilmente o faria avançar¹⁰.

A principal ameaça externa à Europa vem do terrorismo, bem como da ligação deste ao crime organizado e à potencial conexão letal de ambos com a proliferação das armas de destruição maciça (ADM). O facto de não se terem descoberto no Iraque ADM provocou já o efeito perverso de se procurar relegar esta questão para um domínio periférico, em termos da atenção dos Estados e das opiniões públicas ocidentais. Enveredar por esta via seria um erro de consequências pesadas. Teremos que compreender plenamente *que o 11 de Setembro e o 11 de Março são duas faces da mesma moeda e daí retirar as necessárias conclusões políticas e operacionais.*

Mas seria também um erro ignorarmos no desenho da nossa política externa outros factores que contribuem para a instabilidade internacional, associada ou não ao terrorismo. Enumero apenas os mais óbvios:

- O diferendo entre palestinianos e israelitas não tem um horizonte de cessação previsível, mas uma solução negociada privaria de um «inimigo» conveniente boa parte daqueles que alimentam o terrorismo fundamentalista (pelo que é muito positiva a declaração de empenhamento diplomático da Administração Bush que, sublinhe-se, foi a primeira em Washington a reconhecer sem ambiguidade a aceitação de um Estado palestiniano).

- A procura de fontes de energia aumentará, devendo manter-se a instável região do Golfo Pérsico como o principal abastecedor internacional no médio e longo prazos (outras regiões abastecedoras no Mar Cáspio e em África estão longe de se situarem em oceanos calmos)¹¹.

- As desigualdades económicas globais tendem a acentuar-se, não havendo ainda uma globalização da prosperidade.

- O envelhecimento populacional no mundo desenvolvido terá de fazer face ao crescimento demográfico no mundo subdesenvolvido.

- As pandemias, como a SIDA e a malária, tenderão cada vez mais a absorver recursos económicos, sobretudo no mundo subdesenvolvido e em particular em África.

- O número de Estados falhados poderá aumentar, conquanto não no espaço europeu.

A conjugação destes factores, aconselha à *formulação de uma estratégia integrada de combate aos factores de instabilidade*. Combinando elementos políticos – promoção da democracia e dos direitos humanos; económicos – estimular a expansão do modelo de economia de mercado e uma globalização humanizada, mais e melhor ajuda ao desenvolvimento, e um contributo eficaz para o combate a pandemias; culturais – promoção do diálogo entre culturas e civilizações; e securitários – regulação dos fluxos migratórios, aperfeiçoamento da Política Europeia de Segurança e Defesa, revitalização da Aliança Atlântica, continuidade na participação na «Proliferation Security Initiative», de que somos um membro fundador, etc. Esta é, com adaptações, a linha aprovada pelo Conselho Europeu¹² e igualmente a linha que, salvo melhor opinião, Portugal terá interesse em seguir.

Um caso concreto em que faz sentido uma abordagem integrada de pendor não securitário é o referente à questão nuclear no Irão. O esforço levado a cabo pela União

Europeia é a melhor aposta sobre a mesa, visto que este é um assunto que apenas poderá ser satisfatoriamente resolvida pela via negocial. De facto, a persistente crise no Iraque retirou a Washington boa parte da sua margem de manobra em relação ao Irão, pelo que não seria realista enveredar por uma via militar, ainda que de teor limitado.

Este *approach* integrado levou já Portugal a defender que «deverá caber às Nações Unidas um papel central na articulação de uma estratégia global de combate ao terrorismo». Porque se trata também – ou sobretudo – de um combate ideológico¹³, ele terá de ser travado sem pactos com o diabo, isto é, sem com isso comprometermos os valores que desejamos preservar, porque neles assenta a estrutura da própria Organização das Nações Unidas. Esta é uma batalha que vale a pena, mas que será prolongada e terá de ser empreendida em nome e no respeito pelo direito internacional¹⁴.

Poder-se-ia aqui trazer à colação o debate em torno da questão da eficácia do «poder suave». Não o faremos, por ser uma falsa questão. Caso não seja apoiado por um poder real, por um músculo político e militar, o problema do poder suave é o facto de ser... suave! E como tal, de não ter a capacidade de se impor na solução de questões complexas em que o potencial uso da força não se encontra, à partida, excluído.

Por isso mesmo, seria útil recentrar o debate intra-europeu neste domínio, para que os europeus compreendam que, por vezes, Marte é mais eficaz do que Vénus.

SOBRE A EUROPA QUE TAMBÉM SOMOS

Mais do que interrogarmo-nos sobre em que Europa vivemos, talvez devêssemos colocar uma outra questão: em que Europa queremos viver? Mas a resposta a dar transcende o escopo deste exercício...

A Europa é e continuará a ser o centro da nossa política externa, numa perspectiva sem um horizonte finito de previsibilidade. Nela reside a nossa melhor esperança de desenvolvimento e nela se radica um projecto político que devemos persistir em abraçar sem hesitação (mas não de forma acrítica).

Desde logo, porque é um projecto que tem assegurado ao espaço europeu uma paz que sucessivas manifestações imperiais de poder nunca conseguiram implantar.

Portugal tem procurado participar sempre nos processos de aprofundamento da

construção europeia. Somos *vanguardistas*. Atestam-no a participação no Euro (membro fundador, convém lembrar), Schengen e a atitude construtiva que assumimos quanto ao desenvolvimento da Política Europeia de Segurança e Defesa. Ditto quanto ao alargamento, de que fomos defensores empenhados não obstante sabermos que, pela nossa posição periférica e pelo relativo atraso da nossa economia, iríamos correr maiores riscos em termos de competitividade do que qualquer outro membro dos 15.

A EUROPA É E CONTINUARÁ A SER O CENTRO
DA NOSSA POLÍTICA EXTERNA.
NELA RESIDE A NOSSA MELHOR ESPERANÇA
DE DESENVOLVIMENTO E NELA SE RADICA
UM PROJECTO POLÍTICO QUE DEVEMOS PERSISTIR
EM ABRAÇAR SEM HESITAÇÃO
(MAS NÃO DE FORMA ACRÍTICA).

Não temos desejado uma Europa *à la carte* (a que o Tratado Constitucional abre a porta...), nem temos querido ser membros de uma Europa «light», porque tal privaria a Europa – e, por arrastamento, nós próprios – de capacidade global de influência. Mas até onde queremos e podemos ir? Esta é uma reflexão que ainda se encontra por fazer entre nós. Uma das traves-mestras do nosso *approach* europeu é defender o princípio da igualdade entre os entre Estados-membros, embora o Tratado Constitucional nos retire, objectivamente, algo do nosso peso decisório. Isto no preciso momento em que se reforçam os poderes do Conselho Europeu (e das principais potências que o integram) e do Parlamento Europeu. Mas será bom compreendermos que a nossa capacidade é igual à de outros Estados da mesma dimensão populacional, pelo que não sofremos qualquer tipo de discriminação. Democracia e demografia não são irmãos gémeos no plano internacional; mas no plano europeu uma aplicação estrita do princípio clássico da igualdade entre Estados não é viável porque, *por decisão voluntária dos Estados-membros*, o conceito de soberania deixou de ser aquilo que era.

SOMOS UM ESTADO EUROPEU MÉDIO, NUMA EUROPA DE ESTADOS DE PEQUENA E MÉDIA DIMENSÃO EM TERMOS TERRITORIAIS, DEMOGRÁFICOS E, MESMO, NO DOMÍNIO ECONÓMICO. O QUE, NÃO NOS SENDO DESVANTAJOSO, APENAS SERÁ UMA VANTAGEM COMPARATIVA SE SOUBERMOS ESTAR NO ÂMAGO DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO EUROPEU.

O importante é contrariarmos qualquer tentativa de formação de directórios. O que implica grande pragmatismo e geometrias variáveis nos nossos alinhamentos intra-europeus. Esta é uma postura que faz sentido para os Estados de dimensão idêntica à nossa e, julgamos, uma posição consensual em Portugal.

Somos um Estado europeu médio, numa Europa de Estados de pequena e média

dimensão em termos territoriais, demográficos e, mesmo, no domínio económico¹⁵. O que, não nos sendo desvantajoso, apenas será uma vantagem comparativa se soubermos estar no âmago do processo de construção europeu. No plano estratégico, convém-nos tentar anular a nossa posição periférica em relação aos principais centros de poder na Europa e o nosso ponto de partida economicamente desvantajoso. Eventuais considerações de natureza ideológica e/ou nacionalista não deverão ter aqui cabimento.

Questão diversa e em aberto é a de sabermos se teremos interesse e capacidade real de, em tempo útil, acompanharmos todos os movimentos de integração europeia. E não se confundam aqui projectos de intenção (por exemplo, de teor federalista), com capacidades concretas de acção.

A argumentação apresentada assenta também numa outra ideia muito «batida»: a de que a União Europeia apenas será uma verdadeira «união» enquanto for capaz de promover a solidariedade entre os seus Estados-membros. Ninguém terá ilusões sobre a inviabilidade de mantermos, em termos reais, uma posição beneficiária idêntica à que temos em matéria de coesão, após o alargamento ter trazido para a União um conjunto de Estados com necessidades maiores do que as nossas. E, naturalmente, tendo em conta a visível relutância dos maiores contribuintes líquidos em abrirem os cordões à bolsa.

Nesta percepção se radica a prioridade que sucessivos governos portugueses têm atribuído à questão da definição das *perspectivas financeiras* para o período 2007-2013. Porque ela poderá constituir uma última oportunidade para obtermos da União um novo impulso significativo ao nosso crescimento económico. Percebe-se melhor o que está em causa caso se tenham bem presentes os seguintes factos:

- No quadro financeiro vigente (2000-2006), o objectivo convergência representa para Portugal 22 089 mil milhões de euros.
- A actual proposta da Comissão Europeia prevê uma dotação para Portugal de 19 834 mil milhões de euros.
- A proposta contida na denominada «carta dos seis»¹⁶ baixaria a nossa dotação para 13 849 mil milhões de euros.

A conclusão impõe-se... Esta questão poderá também, caso não seja bem gerida em termos europeus, contaminar uma outra: a do processo de *aprovação do Tratado Constitucional em cada um dos Estados-membros*. A Europa não deve ser vista como o produto de um exercício contabilístico entre o *deve* e o *haver*... Mas poderá ser assim entendida por vários eleitorados, embora com perspectivas divergentes entre aqueles que são contribuintes líquidos e, «no outro lado da barricada», os beneficiários¹⁷.

Obviamente, o nosso desenvolvimento depende, antes e acima de tudo, daquilo que formos capazes de fazer. *A nossa imagem na Europa dependerá da capacidade de modernização que demonstramos*. Sendo que, no plano europeu, a via para a modernização e para o aumento de competitividade passa pelo desenvolvimento da *Estratégia de Lisboa*, definida durante a última presidência portuguesa da União Europeia (em 2000). Esta estratégia deve ser abordada de forma integrada, isto é, em articulação com as questões ligadas ao Pacto de Estabilidade e Crescimento e às perspectivas financeiras. É essencial que o objectivo de «convergência» seja tomado em devida consideração quando se debaterem os temas do crescimento e do emprego. A Europa deixou-se atrasar em termos de competitividade global; e, dentro da Europa, a cadência de Portugal tem-se situado aquém daquilo que é desejável. O Presidente da Comissão Europeia e o Conselho Europeu fazem bem em procurar dar um novo impulso à *Estratégia de Lisboa*, com base no relatório do painel presidido por Wim de Kok¹⁸, embora a sua implantação em cada Estado se possa tornar, sobretudo para aqueles menos desenvolvidos, um verdadeiro quebra-cabeças político¹⁹.

Poder-se-ia também situar aqui um ponto sobre o Pacto de Estabilidade e Crescimento. Dada a exaustiva exposição mediática do tema, será suficiente notar que a *desejável flexibilização* na aplicação do Pacto poderá, porventura, ser conseguida sem comprometer a essência do próprio Pacto. E, como referimos, a ligação deste à «*Estratégia de Lisboa*» terá de ser adequadamente estabelecida, parecendo que a União se encontra já a caminhar na direcção desejada.

Mas se o projecto europeu é, para nós, um projecto de desenvolvimento, ele não se esgota nisso. *Há uma Europa política em gestação na qual devemos ser sujeitos activos, por direito próprio*. Uma

atitude euro-realista não se pode confundir com uma atitude eurocéptica. Os eurocépticos perderam, porque existe já um projecto europeu, embora imperfeito, incompleto e de desfecho prático imprevisível. Pior do que não ver a realidade é não querer ver a realidade. Explicar as vantagens óbvias desta Europa política – desta Europa de Estados-nação que, pela primeira vez, não é imposta por um império – deverá ser um elemento central nos processos internos de aprovação do Tratado Constitucional. *O caso de Portugal deverá vir a ser seguido externamente com atenção*, pela circunstância de um português ocupar o lugar de Presidente da Comissão; numa demonstração clara de que a nossa combinação da mediania europeia com uma política externa afirmativa pode render-nos benefícios políticos tangíveis.

Uma questão associada a esta é a dos limites físicos da União Europeia. Por outras palavras, a questão da adesão da Turquia e, agora, aquela que se adivinha da Ucrânia. Nos últimos anos, passámos de uma posição algo distante para uma atitude de apoio às pretensões turcas. Porquê? Porque a Turquia também é Europa e pode preencher os requisitos políticos e económicos exigidos a outros aderentes à União Europeia e porque não se pode parar o vento com as mãos. Com excepção da ambivalência francesa²⁰ e da frontalidade austríaca, a adesão turca é geralmente entendida como uma inevitabilidade. Há mesmo quem sublinhe ser desejável para demonstrar ao exterior que a Europa não é um «clube cristão» e que o «islamismo democrático» (num Estado secular, o que poucas vezes é convenientemente recordado) deve ser «recompensado».

Portugal tem interesse em apoiar este processo, desde logo porque não o pode parar... Mas, no plano interno europeu, deverá participar atentamente no debate sobre as consequências desta adesão, sobretudo no plano do funcionamento económico da União. Embora não possa ser relegado para segundo plano o impacto político real da adesão turca, dado o peso demográfico específico do país.

Uma última nota sobre este ponto: *participar no processo europeu significa conhecer a Europa e os*

seus Estados-membros. As relações bilaterais são cada vez mais importantes no espaço europeu – a conclusão é do Foreign Office e do Quai d'Orsay, entre outros – e Portugal conhece mal uma boa parte dos seus parceiros, em particular os do alargamento. Mas a inversa também é verdadeira, visto que não somos bem conhecidos na Europa.

AS RELAÇÕES BILATERAIS SÃO CADA VEZ MAIS IMPORTANTES NO ESPAÇO EUROPEU E PORTUGAL CONHECE MAL UMA BOA PARTE DOS SEUS PARCEIROS, EM PARTICULAR OS DO ALARGAMENTO. MAS A INVERSA TAMBÉM É VERDADEIRA, VISTO QUE NÃO SOMOS BEM CONHECIDOS NA EUROPA.

O processo em curso de aberturas de embaixadas em todos os Estados-membros é um passo na boa direcção, por nos dar a conhecer melhor e permitir-nos antecipar a actuação dos nossos parceiros em questões concretas de interesse europeu.

PORTUGAL E AS ESTRUTURAS INTERNACIONAIS DE SEGURANÇA

O mundo que conhecemos – da Liga das Nações às Nações Unidas, do Plano Marshall à Acta Final de Helsínquia, da construção política da globalização iniciada em 1945 e

acelerada pelas revoluções tecnológicas na biologia e na informação – é, para o bem e para o mal, o resultado de uma moldagem determinada pela aplicação prática do poder e dos princípios norte-americanos.

Como notou Fareed Zakaria²¹, após o conflito no Iraque o risco maior não é que o mundo «desista» dos Estados Unidos, mas que a América «desista» do mundo²². A questão coloca-se com particular acutilância para uma Europa dividida entre os «atlantistas» – os que entendem que a relação transatlântica é parte da construção europeia e que a União Europeia deverá ser um *parceiro* dos EUA; e os «soberanistas» – i.e. aqueles que entendem que a Europa necessita de uma «declaração de independência» face aos EUA, devendo constituir-se como um *contrapeso* do Novo Mundo. Na variante gaulesa, isto significa a constituição de um mundo multipolar ou, *in extremis*, aceitar a ideia (imprecisa) de que o mundo já é multipolar. Este é um debate perigoso para ambos os lados do Atlântico, pelo seu potencial divisivo. A verdade é que não há outras regiões do globo tão ligadas entre si pela história, por interesses evidentes e pelo modo como concebem os elementos básicos da vida em democracia. Ligadas entre si também pela percepção de que o terrorismo, enquanto expressão externa de rejeição da modernidade, não distingue entre americanos e europeus. Uma vez mais, contemplemos o 11 de Setembro e o 11 de Março como partes de uma mesma ofensiva contra os valores e princípios que regem as vidas dos europeus e americanos. Como alguém observou, o atentado de Madrid marca o princípio e não o fim da ofensiva terrorista fundamentalista contra a Europa.

É certo que há clivagens crescentes – basta pensar em Quioto, no Tribunal Penal Internacional, na pena capital, nas disputas comerciais, ou no modo de lidar com a China – e que elas tenderão a acentuar-se com o tempo. A Europa não tem que ceder quando sente que tem interesses próprios a defender. Mas não será que a renascida e popular obsessão europeia pelo (suposto) isolacionismo americano – um conceito requeitado, nem sempre bem compreendido entre nós – se está a converter numa forma subtil de anti-americanismo? Todo o poder gera ressentimento e este é mau conselheiro como elemento de formulação de política externa²³. Queremos nós, europeus, funcionar como «parceiro» credível dos Estados Unidos ou, como alguns parecem desejar, agir como «adversário» (ideia marcada pelo conceito de «contrapeso») civilizado?

Fica a pergunta, mas a questão do Iraque expôs com crueza as fragilidades em que assenta o sistema de alianças em que Portugal se move. Foi uma crise que pôs em xeque as Nações Unidas e produziu um enfarte no coração da Aliança Ocidental – a NATO. E em que ficou também patente o facto de estruturas concebidas para outra era, a da Guerra Fria, necessitarem de um esforço de adaptação e de um novo impulso político.

O novo inimigo – o terrorismo – acabou por justificar um impulso convergente de recomposição daquelas estruturas, restando determinar se tal será feito pela bitola mais estreita. Num outro prisma, os problemas que o Iraque gerou não se encontram arquivados, mas o resultado das recentes eleições naquele país poderá ser um forte incentivo para uma convergência de vontades e acções da parte dos principais actores

internacionais. Aliás, a afluência às urnas foi um acto de coragem do povo iraquiano que só encontra algum paralelismo em casos raros, como o do referendo em Timor-Leste. De resto, em relação ao Iraque a ninguém interessa verdadeiramente – a menos que haja miopia estratégica – que os Estados Unidos falhem, porque tal agravaria a insegurança internacional. De certa forma, a comunidade internacional encontra-se refém da questão do Iraque e o que importa é dar um contributo para a sua solução²⁴, e não agravar o problema. E a situação no Afeganistão é semelhante, visto que ali é a própria Aliança Atlântica e as

DE CERTA FORMA, A COMUNIDADE INTERNACIONAL ENCONTRA-SE REFÉM DA QUESTÃO DO IRAQUE E O QUE IMPORTA É DAR UM CONTRIBUTO PARA A SUA SOLUÇÃO, E NÃO AGRAVAR O PROBLEMA.

Nações Unidas que jogam directamente o seu prestígio e a sua credibilidade.

Portugal tem interesse em reforçar as estruturas euro-atlânticas, nos planos bilateral e multilateral²⁵. Pelo seu posicionamento geográfico, pela sua tradição diplomática, pela relevância das comunidades portu-

guesa e luso-americana nos EUA mas também por necessitar do contrapeso norte-americano às tendências hegemónicas cíclicas, mais ou menos disfarçadas, de algumas potências europeias. É sempre útil recordar que, historicamente, os Estados Unidos intervieram na Europa para corrigir desequilíbrios gerados na própria Europa (o militarismo alemão, o nazismo, o comunismo e o monstro neo-nacionalista na antiga Jugoslávia).

Foi em boa parte – mas não exclusivamente – esta percepção, aliada ao receio conjuntural de que a Europa e os Estados Unidos se viessem a encontrar em rota de colisão, que levou o então Primeiro-Ministro e actual Presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, a assinar, com sete outros dirigentes europeus (a que a posteriori se juntaram mais dez), uma carta aberta intitulada «A América e a Europa Devem Permanecer Unidas»²⁶. Nela se dizia que «o verdadeiro elo de ligação entre os Estados Unidos e a Europa são os valores que partilhamos: a democracia, a liberdade individual, os direitos humanos e o primado do Direito».

Esta ideia foi retomada na «Declaração da Cimeira do Atlântico» conhecida como «Compromisso para a Solidariedade Transatlântica», na qual se apelava aos «amigos e aliados» para que pusessem de parte divergências e trabalhassem «em conjunto para uma causa comum de paz, liberdade e segurança»²⁷. Na mesma linha, o Governo português manteve sempre abertos e activos, no quadro da preparação e execução daquela cimeira, os canais de comunicação com Paris e Berlim, facto raras vezes salientado no tratamento mediático entre nós dado ao tema. A eleição subsequente de Barroso para Presidente da Comissão Europeia demonstra que esse esforço de equilíbrio diplomático foi bem sucedido.

Aquilo que será curioso notar é que as críticas a ambos os documentos não foram, por via de regra, centradas no seu conteúdo. Os seus opositores preferiram atacar o contexto e o *modus faciendi* que levou à sua formulação. Por um breve momento, porque a realidade

é hoje outra bem diferente, os partidários europeus da manutenção da relação transatlântica expuseram-se à crítica de actuarem como geradores de divisionismo na própria Europa. Mas os factos subsequentes demonstraram que foram eles quem, num momento crítico, mais fizeram para impedir que os Estados Unidos (recordamos, entre outras, a Resolução 1441 do CS) partissem isolados para uma viagem de consequências imprevisíveis para as Nações Unidas e para a relação transatlântica.

Vista a mesma questão de outro ângulo, a partir da Europa, temos também o máximo interesse em reforçar a Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD) e em estar nela. Porque é a priori desejável participarmos na construção da Europa em todas as suas dimensões, incluindo na área sensível da defesa, cujo desenvolvimento é um pressuposto para que a União Europeia possa reequilibrar a sua relação com a América do Norte. Porque isso significa reforçar o pilar europeu da Aliança Atlântica e não deixar todas as cartas no baralho norte-americano. Porque há conflitos em que a Europa pode intervir sem que os EUA se desejem envolver, em áreas próximas ou distantes (por exemplo, em África, continente que não é indiferente à Europa). E porque importa preservar para a NATO a capacidade de acção fora da Europa, visto que nada terá a fazer no teatro europeu num futuro previsível.

Em qualquer caso, há um ponto que deveremos ter bem presente: os Estados Unidos e, por via deles, a NATO, dispõem de capacidades militares *não reproduzíveis* no âmbito da PESD. Isto é particularmente verdadeiro no domínio das novas tecnologias militares, bem como no das capacidades de transporte estratégico e de sustentação de forças que a Europa não possui; nem tenderá a possuir a curto/médio prazo, pela notória falta de vontade política de aumento relevante dos orçamentos nacionais de defesa (excepções feitas ao Reino Unido e à França).

Num plano diverso, temos também interesse em continuar a colaborar com as missões das Nações Unidas, sobretudo em áreas que nos sejam psicológica e politicamente próximas. Portugal chegou a ser, até há pouco tempo, o segundo maior contribuinte da União Europeia em «capacetes azuis» (a seguir à Polónia), com presenças em operações de paz em Timor-Leste, Angola, Moçambique e no Saará Ocidental. Obviamente, a afectação de recursos dependerá sempre dos recursos disponíveis em cada momento. Mas é importante não se desperdiçar o know-how adquirido por milhares de portugueses que, na última década, foram «capacetes azuis».

O multilateralismo é parte do núcleo estável tradicional da política externa portuguesa moderna. Por se fundar na ideia de que apenas teremos vantagem na criação de uma arquitectura jurídico-política internacional que domestique o uso da força pelos Estados. E por resultar de uma análise realista da nossa capacidade de defesa própria perante os potenciais cenários internacionais de conflito.

Procuramos a maior segurança numérica possível, numa lógica de inserção em alianças bilaterais e em estruturas internacionais. O nosso poder real resultará sempre dessa agregação de poderes.

Neste contexto, as Nações Unidas são para nós uma referência fundamental. Enfraquecê-las, enfraquece-nos. Elas são o único pilar credível da legalidade internacional. A sua Carta contém princípios básicos que nos são caros enquanto nação independente. Por isso mesmo, contribuir para a necessária reforma desta organização é um objectivo importante, visto que sem uma adaptação ao século XXI ela dificilmente continuará a servir os propósitos que presidiram à sua criação. A alternativa à reforma é a irrelevância das Nações Unidas e, por essa via, a erosão progressiva da sua capacidade de assegurar a paz e a segurança internacionais (que teve já consequências particularmente aberrantes em Sebrénica, no Ruanda, na Somália e na República do Congo²⁸).

Temos também interesse em utilizar as Nações Unidas na promoção de factores ligados à prevenção de conflitos e à denominada agenda social internacional²⁹. Chefes de Governo portugueses defenderam na Assembleia-Geral das Nações Unidas, em 2003 e em 2004, a reforma do Conselho de Segurança e, nesse contexto, a ideia de criação de uma nova Comissão para a Paz e Desenvolvimento. Esta proposta foi conceptualmente bem recebida pelo Painel de Alto Nível criado pelo Secretário-Geral das Nações Unidas para examinar os desafios actuais à paz e à segurança internacionais³⁰.

ESPECIFICIDADES PORTUGUESAS

A Espanha é para nós uma realidade incontornável. Este terá de ser o ponto de partida de qualquer análise séria na formulação da política externa portuguesa. Trata-se do único país vizinho, com o qual partilhamos uma das maiores fronteiras terrestres dentro da União Europeia (se não mesmo a maior), local de origem dos nossos maiores rios, nosso principal parceiro económico (cerca de 28 por cento das nossas importações e 20 por cento das exportações) e nossa alpondra de ligação física à Europa. Nada do que se passa em Espanha nos pode ser indiferente. A inversa também deveria ser verdadeira, mas nem sempre é essa a percepção do outro lado da fronteira³¹.

Bastará assinalar sobre este ponto o facto de o nosso relacionamento bilateral ter atingido, de há já alguns anos a esta parte num processo iniciado após a adesão à União Europeia, um patamar qualitativo sem precedente. Que importa preservar, o que pressupõe um exercício contínuo de *inteligência estratégica*³² da parte de ambos os governos. Tal significará o abandono do que resta da visão tradicional de Espanha como um obstáculo, para a concebemos como aquilo que realmente é: um mercado «natural» para Portugal e um país que oferece ainda grandes oportunidades de entendimento e de cooperação, mesmo na esfera internacional³³.

Numa análise mais ampla, constatamos que Portugal é um país com uma política externa em regra mais expressiva do que aquela que poderia corresponder ao seu peso relativo na comunidade das nações. O primeiro factor de valorização é, para nós, o relacionamento com todos e cada um dos Estados da *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa* (CPLP). Esta livre associação de Estados tem vindo a ganhar uma progressiva relevância, à medida que se normaliza a situação dos vários membros que, nos últimos

anos, experimentaram situações de instabilidade. A presença da CPLP nas Nações Unidas é um elemento recente, cuja continuidade terá de ser encorajada. O peso político de Angola e o prestígio internacional de Moçambique tornam também a CPLP uma entidade progressivamente relevante em África.

É óbvio que o Brasil continuará a ocupar um lugar especial na acção externa portuguesa³⁴, sendo desejável que, pelo seu crescente peso específico global, venha a desempenhar a prazo o papel de motor da própria CPLP e da expansão da Língua Portuguesa (um objectivo estratégico partilhado). Mas deveremos ter bem presente que esta será sempre, pela sua natureza, uma relação assimétrica, dada a dimensão relativa de ambos os países.

A pertença de Portugal e do Brasil ao mecanismo das *Cimeiras Ibero-americanas* é outro factor de ligação bilateral. Permite-nos também actuar mais facilmente, como agentes de aproximação entre os espaços em que ambos se inserem, nomeadamente no respeitante ao relacionamento entre a União Europeia e o MERCOSUL³⁵.

Desempenhamos um papel em muitos pontos semelhante no tocante às relações entre África e a União Europeia, cuja

segunda Cimeira nos cabe organizar. Portugal tem sido nos *fora* internacionais uma das vozes mais contrárias ao afro-pessimismo. Este é um nicho de especialidade que nos confere um peso acrescido em termos europeus e africanos.

O Norte de África é o nosso «estrangeiro mais próximo». Marrocos é um segundo vizinho, com o qual celebrámos o ano passado 230 anos de relações diplomáticas contínuas. Temos cimeiras anuais de chefes de Governo com a Argélia³⁶, Marrocos e a Tunísia (fora deste espaço, apenas dispomos de mecanismos idênticos com a Espanha, a França e o Brasil). A nossa segurança energética está ligada a esta região – que inclui a Líbia, convirá notar –, e o potencial de desenvolvimento das relações económicas é elevado. Pelo que, em nada nos convém diluirmos na União Europeia (Processo de Barcelona), ou em mecanismos regionais *ad hoc* (Fórum do Mediterrâneo, «Cinco + Cinco»), todo o papel bilateral que poderemos jogar nesta área.

Uma nota adicional, para notar que Portugal foi, após o 11 de Setembro, o primeiro Estado europeu a procurar tranquilizar os países da orla Sul do Mediterrâneo, relançando conjuntamente com Marrocos o Fórum Mediterrânico³⁷. Este é o tipo de iniciativas da qual podemos colher dividendos de longo prazo.

Nos factores que introduzem notas de especificidade à política externa portuguesa, poderíamos incluir os laços históricos que nos ligam à potência das potências emergentes – a China. A sua relevância internacional é por demais evidente, sendo, talvez, suficiente absorvermos devidamente a informação de que o tamanho da economia chinesa duplicou em cerca de uma década, e que tal poderá acontecer de novo.

PORTUGAL TEM SIDO NOS *FORA* INTERNACIONAIS
UMA DAS VOZES MAIS CONTRÁRIAS
AO AFRO-PESSIMISMO. ESTE É UM NICHOS DE
ESPECIALIDADE QUE NOS CONFERE UM PESO
ACRESCIDO EM TERMOS EUROPEUS E AFRICANOS.

Macau é apresentado pelo lado chinês, não como o passado das nossas relações, mas como uma porta para o seu futuro e um veículo de aproximação da China à própria CPLP. Mas será que compreendemos quão importante é e pode vir a ser esta relação? A resposta é afirmativa se atentarmos no volume de visitas bilaterais de alto nível, incluindo aquela – importante – efectuada à China pelo Presidente da República, Jorge Sampaio, em Janeiro do corrente ano. Todavia, a razão de ser da pergunta reside no facto de o Presidente chinês Hu Jintao ter estado no Porto cerca de dois meses antes (em 10 de Novembro de 2003) para uma reunião e um jantar com o primeiro-ministro português, Pedro Santana Lopes. A imprensa chinesa atribuiu relevância ao evento que, do lado mediático português, passou quase despercebido. Isto não obstante o Governo português ter pela primeira vez manifestado publicamente a sua abertura ao levantamento das obsoletas sanções que a União Europeia impôs à China após Tianamen. Talvez este episódio constituísse matéria para um *case study* sobre o impacto da política externa na nossa opinião pública e as suas implicações no processo decisório externo nacional. Mas isso é assunto para outra ocasião... **REI**

FEVEREIRO DE 2005

* As opiniões expressas neste artigo apenas vinculam o seu autor.

NOTAS

1 Há uma frase que se pode aplicar a este raciocínio, atribuída ao Presidente norte-americano Harry S. Truman: «If you can't stand the heat, get out of the kitchen».

2 O excepcionalismo cultural não nos interessa, mas interessa-nos criar condições de pluralismo cultural que preservem os elementos que nos são específicos e que partilhámos com os países de língua portuguesa.

3 A leitura, com a qual concordamos, é de Josef Joffe, *The New York Times Magazine*, Junho de 1995, «América the Inescapable», p. 43. Acrescenta que se trata de uma cultura única, cujo «poder suave» reside na capacidade de atrair e não na capacidade de impor.

4 Edmund White exprime uma visão mais negativa e radical da Europa: «Now I realize that Europe isn't a thing at all except in the eyes of Americans and certain Japanese, that it has no unified culture or shared interests except for the optimistic architects of the European Union, and that nothing at all will ever join Swedish technocrats to Muslim farmers in former Yugoslavia» [*Granta*, 84, Janeiro de 2004, p. 234].

5 Contudo, ele não deixou de dividir a Europa aquando da discussão do preâmbulo do Tratado Constitucional e na questão da

adesão da Turquia à União Europeia (que continuará entre nós durante um período não previsível). No outro lado do Atlântico, nos Estados Unidos, o elemento religioso encontra-se claramente presente no processo de decisão política.

6 Um escritor muçulmano norte-americano, Murad Kalam, colocou uma questão pertinente sobre a democratização nos países islâmicos: «Could it be, that the facism which once bubbled up in Europe has now invaded the Middle East and that in our time, all hope for the islamic values of freedom, modernity and equality in the Muslim world lies not in the East, but in the West?» [*Granta*, n.º cit., p. 46]. A afirmação surge como contraponto à posição daqueles que entendem que o mundo muçulmano apenas quer ser deixado só e em paz.

7 Participou no acto fundador, em Varsóvia, em Junho de 2000, o Ministro dos Negócios Estrangeiros Jaime Gama.

8 Como observa Michael Lind no *Financial Times* «How América Became the World's Dispensable Nation», edição de 25 de Janeiro de 2005.

9 No seu artigo 7.º, n.º 5, sendo que o artigo 2.º define a República Portuguesa

como um «Estado de direito democrático».

10 Daí a grande relevância no recente discurso de tomada do Presidente George W. Bush da expressão – «America will not impose our own style of government on the unwilling. Our goal instead is to help others find their voice, attain their own freedom, and make their own way». O discurso pode ser consultado no site: www.whitehouse.gov/news/realeses/2005/01.

11 Entre os nossos principais abastecedores de fontes de energia figuram a Nigéria, a Argélia e a Federação Russa, pelo que se impõe um esforço mais robusto de diversificação.

12 Com base no relatório apresentado por Javier Solana intitulado *Uma Europa Segura Num Mundo Melhor, Estratégia Europeia em Matéria de Segurança*, Bruxelas, 12 de Dezembro de 2003.

13 Richard Holbrooke defende este ponto de vista, ao afirmar que «the war of terror is like the war of poverty. It's just a metaphor. What we're really talking about is winning the ideological struggle so that people stop turning themselves into suicide bombers», in *The New York Times Magazine*, edição de 10 de Outubro de 2004, «Kerry's undeclared war», p. 41.

14 «E que, por isso mesmo, implica mais segurança, mas também mais democracia, mais diálogo entre civilizações e culturas, mais desenvolvimento, mais e melhores medidas de protecção do ambiente, e uma redução drástica da pobreza». Segundo José Manuel Durão Barroso, *Reforma: dois anos de Governo*, 2004, pp. 644-645, discurso perante a 58.ª Assembleia-Geral das Nações Unidas (23 de Setembro de 2003). Note-se que ele refere no mesmo discurso que o Direito Internacional será irrelevante sem a garantia da imposição, se necessário pela força, das suas normas.

15 A própria França, um dos «grandes» da Europa, tem uma economia semelhante à da Califórnia, o que nos dá uma ideia da escala de comparação neste domínio.

16 Reino Unido, Alemanha, França, Áustria, Suécia, e Holanda, isto é, – um grupo que inclui as duas próximas presidências da União Europeia. Aquilo que pretendem é fixar em um por cento do Rendimento Nacional Bruto as contribuições financeiras para o orçamento da União. A Comissão propõe 1,24 por cento. Chegar-se-á, provavelmente, a uma solução intermédia.

17 Seria útil uma reavaliação deste tema, em todas as suas implicações. Mesmo aquelas menos evidentes, como a dos eventuais efeitos económicos perversos das políticas existentes; ou a questão da Política Agrícola Comum. Uma política de que pouco beneficiamos e à qual são afectados recursos que, se reafectados a outras rubricas, poderiam talvez constituir parte da chave que permitiria a um país como o nosso obter os recursos financeiros de que ainda necessita. Mas é preciso convencer Paris...

18 Relatório intitulado, «Facing The Challenge», cujo ponto de partida é a constatação: «The Lisbon strategy is even more urgent today as the gap with North America and Asia has widened, while Europe must meet the combined challenges of low population growth and ageing. Time is running out and there is no time for complacency», p. 6.

19 É importante manter ligada a Lisboa esta conexão de modernidade em termos europeus. Note-se que alguns dos nossos parceiros tentaram já mudar esta designação, porque cada presidência da União não resiste ao impulso de inovar, nem que seja apenas na apresentação de conceitos pré-definidos.

20 Sem correspondência na posição pública de apoio à adesão assumida pelo Presidente Chirac que terá, muito provavelmente, de ser confrontada com um referendo sobre a matéria.

21 No *The New York Times Magazine*, num artigo intitulado «Our Hollow Hegemony, Why Foreign Policy Can't Be Left to the Market», 1 de Novembro de 1998, pp. 44 e ss. O parágrafo anterior é também directamente resultante de uma leitura do mesmo artigo.

22 Ideia semelhante foi recentemente expressa por Wayne Merry, no *International Herald Tribune*, edição de 28 de Dezembro de 2004, num artigo significativamente inti-

tulado «From American Heartland, Europe Drops out of the Picture». Ele conclui: «Europe plays an important role in the economic life of the American heartland but otherwise has largely disappeared from its priorities [...] Europe simply stopped being an issue when the Berlin Wall came down and the Soviet Union imploded».

23 Jonathan Tepperman nota que «America-bashing derives from [...] the resentment of once great societies eclipsed by Yankee upstarts and those unable to participate in America's bounty». Ou, citando Revel, «anti-americanism has always been, and still is, to discredit liberalism by discrediting its supreme incarnation». Vide «The Anti-American's», in *The New York Times Book Review*, 12 de Dezembro de 2004.

24 O XVI Governo Constitucional definiu a posição portuguesa sobre o Iraque numa «declaração» datada de 14 de Janeiro de 2005. Nele se refere que, após o cumprimento da missão da Guarda Nacional Republicana no Iraque (12 de Fevereiro), citamos – «vamos trabalhar com o Governo iraquiano saído das próximas eleições, se for essa a sua vontade, e com os nossos aliados na NATO no referido processo de treino e formação "Idas forças de segurança iraquianas)". Estamos também abertos a examinar que outras formas de apoio poderemos prestar». É também reiterada a contribuição financeira nacional para o estabelecimento de uma Força de Protecção das Nações Unidas, anunciada pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros António Monteiro no Conselho de Assuntos Gerais e Relações Externas.

25 Referimo-nos à manutenção do Acordo de Cooperação e Defesa com os Estados Unidos da América, o nosso vínculo estritamente bilateral mais relevante em matéria de defesa, bem como à revitalização da NATO e à construção de uma compatível Política Europeia de Segurança e Defesa.

26 Durão Barroso, *op. cit.*, p. 697 e seguintes. A carta foi entre nós divulgada pelo *Diário de Notícias*.

27 *Ibidem*, pp. 701 e ss. A Cimeira do Atlântico teve lugar nas Lajes, em 16 de Março de 2003. Será útil notar que estiveram presentes o mais antigo aliado de Portugal (Reino Unido), o seu único vizinho (a Espanha) e o nosso mais poderoso aliado (os EUA). O intenso debate interno relegou para segundo plano este facto politicamente significativo para uma análise do contexto em que teve lugar aquele evento. De notar ainda que o próprio Conselho Europeu adoptou já uma «Declaração sobre as Relações Transatlânticas» (Bruxelas, 12 e 13 de Dezembro de 2003), na qual se reconhece que «a relação entre a União Europeia e NATO é uma expressão importante da parceria transatlântica».

28 Francis Fukuyama defende na *Foreign Affairs*, 84, Janeiro/Fevereiro de 2005, num artigo intitulado «Re-Envisioning Ásia», que: «The United States will be better served by endorsing a series of overlapping and occasionally competitive multilateral organizations than by putting all its eggs in a single basket such as the United Nations», p. 87. Esta é uma visão que a Europa não tem interesse evidente em encorajar.

29 Neste quadro se inserem, inter alia, a participação do Presidente da República, Jorge Sampaio, na Sessão Especial da Assembleia-Geral sobre a SIDA, em 2001; e a participação do Primeiro-Ministro Santana Lopes na Cimeira de Líderes Contra a Fome, impulsionada pelo Presidente do Brasil em 2004 (Nova Iorque). Mas também nos interessa a atenção que as Nações Unidas têm sabido dar aos mais desprotegidos, às crianças, à promoção da igualdade do género e às questões ambientais (crescentemente relevantes).

30 Leia-se a propósito o comunicado do Ministério dos Negócios Estrangeiros, de 6 de Dezembro de 2004, sobre a «Reforma das Nações Unidas e o Reforço da Ordem Internacional».

31 Poder-se-ia medir a importância de Portugal para a Espanha com base no mero facto de o país vizinho habitualmente exportar para nós mais do que exporta para a América Latina no seu conjunto.

32 A expressão foi pela primeira vez utilizada pelo Primeiro-Ministro português durante a conferência de imprensa da Cimeira Luso-Espanhola da Figueira da Foz, em 2003.

33 Note que o mecanismo das cimeiras bilaterais se tem expandido ao ponto de, desde Valência em 2002, incluir a quase sagrada área da defesa. Nelas são abrangidas praticamente todas as áreas de governação em ambos os países.

34 A aposta no Brasil do primeiro-ministro António Guterres contribuiu para mudar a nossa imagem naquele país, em larga medida pela importância dos investimentos portugueses que para ele foram dirigidos. A presença pioneira de um Primeiro-Ministro português, Pedro Santana Lopes, na celebração do dia da independência brasileira em 2004 (no que foi também a primeira deslocação oficial ao exterior daquele chefe de Governo), é bem reveladora do bom momento que marca o actual relacionamento bilateral.

35 A reunião de Lisboa entre a Comissão Europeia e o MERCOSUL em Outubro de 2004, promovida pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros português, António Monteiro, é um bom exemplo de uma iniciativa inovadora a que se pode dar seguimento.

36 O Presidente da Argélia, Bouteflika, e o Primeiro-Ministro Santana Lopes assinaram em Argel, em 8 de Janeiro último, o Tratado de Amizade, Boa Vizinhança e Cooperação que viabilizou este esquema de cimeiras entre os dois países. A Argélia era a lacuna que faltava colmatar, embora um acordo idêntico anteriormente celebrado com a Tunísia (em 2003) se encontra ainda pendente de ratificação parlamentar.

37 Tratou-se de uma iniciativa do Ministro dos Negócios Estrangeiros Jaime Gama que constituiu o primeiro encontro entre países árabes e europeus no pós-11 de Setembro, com consequências subsequentes no plano de acção subsequentemente gizado pela União Europeia.